



Arrecadação federal bate recorde e soma R\$ 325,7 bilhões em janeiro

Contas externas têm saldo negativo menor em janeiro de 2026

Página 3

CPI questiona Meta sobre lucros da bigtech com o crime na internet

Página 6

Grande São Paulo tem dois feminicídios em menos de 24 horas

Duas mulheres foram mortas na Grande São Paulo em novas ocorrências de feminicídio. Uma terceira jovem foi vítima de tentativa de feminicídio, por esfaqueamento no meio da rua. Os casos ocorreram na segunda-feira (23).

Na zona norte da capital paulista, policiais militares foram acionados para atender ocorrência em um hospital, onde uma mulher de 22 anos já chegou morta. Ela tinha machucados e hematomas pelo corpo. O homem de 36 anos, que havia levado a jovem ao hospital, foi preso por feminicídio.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP), o suspeito foi detido no local e encaminhado ao 73º Distrito Policial, no Jaconã.

Página 2

São Paulo tem a menor taxa de desemprego em 13 anos em 2025



Foto: Pablo Jacoby/Governo de SP

O estado de São Paulo registrou a menor taxa anual de desemprego em 13 anos em 2025: 5%. Trata-se da menor taxa de desocupação da série histórica, iniciada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2012. Os dados foram disponibilizados pelo IBGE e divulgados pela Fundação Seade.

O levantamento mostra ainda que o desemprego paulista foi menor que a média nacional, que ficou em 5,6% no ano passado, e que da região Sudeste (5,3%).

Assim, a taxa de desemprego em SP caiu 1,2 ponto percentual de 2024 para 2025, 2,5 pontos percentuais entre 2023 e 2025.

Página 2

tórica, em 1995. O resultado representa crescimento real de 3,56% na comparação com janeiro do ano passado, já descontada a inflação.

Os dados foram divulgados na terça-feira (24) pela Receita Federal do Brasil. Segundo o Fisco, o desempenho foi impulsionado pelo crescimento da atividade econômica e por mudanças recentes na legislação tributária.

Entre os destaques está o avanço do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), cuja arrecadação somou R\$ 8 bilhões em janeiro, com alta real (descontada a inflação) de

49,05% em relação ao mesmo mês de 2025. De acordo com a Receita, o resultado reflete alterações na legislação que ampliaram a incidência do imposto sobre novas operações financeiras.

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de capital também registrou crescimento expressivo de 32,56%, totalizando R\$ 14,68 bilhões. O desempenho foi influenciado por aplicações em renda fixa e pela tributação de Juros sobre Capital Próprio (JCP), uma das formas de uma empresa distribuir lucros aos acionistas.

Página 6

Programa de Saúde Digital do Hospital das Clínicas de SP amplia número de teleconsultas

Página 6

Governo estuda viabilidade de Tarifa Zero no transporte público

Página 3

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 5,14	Compra: 5,18
Venda: 5,14	Venda: 5,36
EURO	
Compra: 6,06	
Venda: 6,06	

Esporte

Sérgio Sette Câmara confirma estreia na Stock Pro Series em 2026

O piloto mineiro Sérgio Sette Câmara, de Belo Horizonte, competirá pela primeira vez em um campeonato de automobilismo no Brasil. Em 2026, a convite da TAMBASA/RC Motorsport, o jovem de 27 anos retorna ao seu país após consolidar uma sólida trajetória internacional.

Sérgio Sette iniciou sua trajetória nas provas de kart do Brasil, porém, seguindo seu sonho de se tornar um piloto profissional, em 2013 mudou-se para a Espanha quando deu início a sua carreira internacional. Após disputar os principais campeonatos de kart no Velho Continente o piloto iniciou a sua carreira nos monopostos em 2015, quando disputou a temporada completa do Campeonato Europeu de F3. Em sua trajetória no ano de 2016 ele foi contratado pelo Red Bull Junior Team quando teve a oportunidade de participar, inclusive, de um teste oficial da F1 com a extinta equipe Toro Rosso.

Entre 2017 e 2019 Serginho, como carinhosamente é chamado, disputou o Campeonato da FIA F2 onde ao lado de concorrentes como Charles Leclerc, Alex Albon, George Russell e Lando Norris venceu corridas e conquistou a Super Licença para a F1. Nessa temporada Sette Câmara também ocupou o cargo de piloto de desenvolvimento da McLaren F1.

Em 2020, ainda ligado à F1, Sérgio foi piloto reserva e de desenvolvimento das equipes Red Bull Racing e AlphaTauri. Além disso, em meio à pandemia da Covid-19, o brasileiro foi contratado para competir no Campeonato Mundial de F-E, competição em que ele disputou por cinco anos seguidos até a temporada de 2024. Neste Campeonato ele teve a oportunidade de competir nos cinco continentes contra alguns dos principais pilotos do mundo.

A TRANSIÇÃO PARA E ENDURANCE

Em 2025, a convite de algu-

mas das principais equipes de provas de longa duração, Sérgio teve a oportunidade de competir na ELMS, LeMans Series, 24 Horas de Spa e 8hs. de Shanghai - tanto em veículos protótipos como em carros de GT. Em seu ano de estreia ele venceu a etapa da ELMS de Paul Ricard (FRA) e foi ao pódio no desafio de circuito de Portimão (POR).

A chegada de Sette Câmara à Stock Car marca o retorno ao Brasil de um piloto formado nas principais categorias do automobilismo mundial. Serginho se aproximou muito da Stock Pro Series no ano de 2024 quando, na etapa de rua de Belo Horizonte, ele teve a oportunidade de pilotar o Carro Madrinha. Desde então ele acompanhou ainda mais de perto a categoria e, agora, pela primeira vez desde que começou a competir de carros, poderá fazer uma temporada completa no Brasil.

"Estou muito animado para fazer a minha estreia na Stock Car e, naturalmente, correr nas pistas



Foto: Divulgação

do Brasil. Tudo será novidade para mim, porém, acredito muito no potencial de minha equipe e a história que eles têm na categoria. O Marcel Campos, meu novo chefe de equipe, foi literalmente criado nos boxes da Stock Car e será uma grande referência ao longo de todo o ano. O nível técnico dos pilotos da Stock é extremamente alto, mas, confio muito em meu potencial, minha experiência e

acredito que posso me adaptar de forma rápida ao estilo de pilotagem dos novos SNG-02 com os potentes motores V8", comentou o piloto que competirá com o modelo Mitsubishi Eclipse Cross.

Sette Câmara competirá com o patrocínio master da TAMBASA Atacadista, porém, suportado ainda por um extenso rol de patrocinadores como: Krona - Locite - Lorenzetti - Condor - Corfio - Cobra Automotiva - SATA -

Norton - Genco - Cortag - ILUM - Eucatex - Teroson - Technomelt - SADA - BullsBet - Mason Holding - Instituto Conecta Cactus - Speedster Capital - Viaplay.

CALENDÁRIO EXTENSO EM 8 ESTADOS

A estreia de Sérgio Sette na Stock Car será exatamente em seu estado natal. A abertura da temporada será no Autódromo de Curitiba - MG, entre os dias 6 e 8 de março. A temporada segue conforme abaixo:

2ª Etapa - 27 à 29/03 - Cascavel - PR; 3ª Etapa - 24 à 26/04 - Interlagos - SP; 4ª Etapa - 15 à 17/05 - Goiânia - GO; 5ª Etapa - 18 à 20/06 - Curitiba - MT; 6ª Etapa - 24 à 26/07 - Mogi Guaçu - SP; 7ª Etapa - 07 à 09/08 - Cascavel - PR (Ou Belo Horizonte - MG); 8ª Etapa - 04 à 06/09 - Chapecó - SC; 9ª Etapa - 25 à 27/09 - Brasília - DF (Corrida do Milhão); 10ª Etapa - 16 à 18/10 - Goiânia - GO; 11ª Etapa - 06 à 08/11 - Velopark - RS; 12ª Etapa - 11 à 13/12 - Interlagos - SP.

MOTO1000GP inclui categoria GP Light e reorganiza o grid de 1000cc em 2026

A temporada 2026 do MOTO1000GP contará com a inclusão da categoria GP Light em sua estrutura oficial. A medida reorganiza o grid de motos de 1000 cilindradas e amplia as possibilidades esportivas dentro do campeonato. A primeira etapa do Campeonato Brasileiro de Motovelocidade será em 12 de abril, no Autódromo de Interlagos, em São Paulo SP.

A GP Light utilizará o mesmo regulamento técnico da GP1000, com igualdade de condições em equipamentos,

preparação das motos e padrões de segurança. A diferenciação entre as categorias será exclusivamente esportiva.

"A categoria 1000cc Light tem papel fundamental no Campeonato Brasileiro de Motovelocidade. É a classe que permite uma adaptação mais segura às motos de alta performance, proporcionando aprendizado, ganho de experiência e evolução técnica em um ambiente competitivo. Com isso, o caminho de progressão se torna mais estruturado e consistente, fortalecendo a base do campeo-

nato e contribuindo para a formação de pilotos mais preparados para as categorias principais", explica Wendell Vaz, diretor de motovelocidade da Confederação Brasileira de Motociclismo.

Dentro da estrutura esportiva do MOTO1000GP, a GP Light também passa a ocupar uma posição intermediária entre a GP600 e a GP1000. A categoria cria um degrau adicional entre as duas classes, ampliando as possibilidades de progressão de carreira e tornando o percurso esportivo mais completo para pilotos e equipes dentro do campeonato.

"A GP Light atende a uma necessidade prática da organização esportiva. Hoje, não existe um critério único que permita definir de forma objetiva quem pode ou não acessar diretamente a GP1000, especialmente no início da temporada. Esse degrau intermediário permite organizar melhor essa transição, olhando para o conjunto do campeonato e não apenas para casos pontuais. Existem exceções, como acontece também em campeonatos internacionais, mas a estrutura precisa ser pensada para o todo", explica Marcus Vinícius Tucano, diretor de pro-

vas do MOTO1000GP.

A inclusão da categoria integra o processo de consolidação do MOTO1000GP, que chega à temporada 2026 com oito etapas em seis diferentes praças, passando por três regiões brasileiras. O alinhamento técnico entre GP Light e GP1000 reforça a organização esportiva do campeonato e contribui para o planejamento das equipes ao longo da temporada.

O MOTO1000GP, Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, segue todos os protocolos de segurança exigidos pela Confederação Brasileira de Motociclismo e pela Federação Internacional de Motociclismo. O campeonato conta com o patrocínio da Yamaha, Triumph, Honda, Motul, Pirelli, BMW Motorrad, Shell Seguradora e Ducati, além do apoio da Revista Duas Rodas e da plataforma Motorsport.com. As corridas são transmitidas no canal do YouTube do MOTO1000GP, no BandSports em rede nacional e em sete países pelo canal New Brasil, do Grupo Bandeirantes de Comunicação, além do canal RACER Brasil.

Grande São Paulo tem dois feminicídios em menos de 24 horas

Duas mulheres foram mortas na Grande São Paulo em novas ocorrências de feminicídio. Uma terceira jovem foi vítima de tentativa de feminicídio, por esfaqueamento no meio da rua. Os casos ocorreram na segunda-feira (23).

Na zona norte da capital paulista, policiais militares foram acionados para atender ocorrência em um hospital, onde uma mulher de 22 anos já chegou morta. Ela tinha machucados e hematomas pelo corpo. O homem de 36 anos, que havia levado a jovem ao hospital, foi preso por feminicídio.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP), o suspeito foi detido no local e encami-

nhado ao 73º Distrito Policial, no Jaconá. A prisão foi convertida em preventiva, e ele permanece à disposição da Justiça. No carro dele, foram encontrados um galão de gasolina e vestígios de sangue. O celular e o veículo do indiciado foram apreendidos para perícia. Também foram requisitados exames ao Instituto de Criminalística e ao Instituto Médico Legal (IML) para a vítima e o detido.

Em Itapeerica da Serra, na região metropolitana de São Paulo, um homem de 25 anos foi preso em flagrante por feminicídio na tarde de ontem. A SSP informou que guardas civis municipais foram acionados para uma ocorrência de violência doméstica e en-



contraram a mulher de 20 anos morta, em sua casa. O crime teria ocorrido após uma discussão.

O agressor foi localizado, confessou o crime e foi preso em fla-

grante, permanecendo à disposição da Justiça. A perícia e o IML foram acionados, e o caso foi registrado como feminicídio na Delegacia de Itapeerica da Serra.

Um homem de 37 anos esfaqueou uma jovem de 18 anos, na noite desta segunda-feira, na zona leste da capital. A vítima foi levada para o Hospital Geral de Guaiabanas. Policiais militares foram acionados para atender a ocorrência, e o agressor foi preso em flagrante por tentativa de feminicídio. A faca utilizada no crime foi apreendida. O agressor foi encaminhado à delegacia e, segundo a SSP, permanece à disposição da Justiça. O caso foi registrado na 8ª DDM, em São Mateus.

minicídios em 2025, segundo Ministério da Justiça e Segurança Pública, o que representa quatro mortes por dia. No ano anterior, em 2024, o país já havia atingido recorde, com 1.458 vítimas.

Em 2025, o estado de São Paulo também registrou o maior número de feminicídios desde o início da série histórica, em 2018. Em todo o ano, os registros chegaram a 270, o que representa aumento de 6,7% em relação a 2024, quando houve 253 registros. Os dados estão disponíveis no site da Secretaria da Segurança Pública do estado (SSP). (Agência Brasil)

Recorde de feminicídios
O Brasil atingiu número recorde de 1.518 vítimas de fe-

São Paulo tem a menor taxa de desemprego em 13 anos em 2025

O estado de São Paulo registrou a menor taxa anual de desemprego em 13 anos em 2025: 5%. Trata-se da menor taxa de desocupação da série histórica, iniciada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2012. Os dados foram disponibilizados pelo IBGE e divulgados pela Fundação Seade.

O levantamento mostra ainda que o desemprego paulista foi menor que a média nacional, que ficou em 5,6% no ano passado, e que da região Sudeste (5,3%).

Assim, a taxa de desemprego em SP caiu 1,2 ponto percentual de 2024 para 2025, 2,5 pontos percentuais entre 2023 e 2025 e 4,1 pontos percentuais de 2022 para 2025.

“Temos alcançado resultados de impacto para o trabalhador paulista graças ao compromisso de modernização da máquina pública que estabelecemos desde o dia 1 de governo. É um ciclo muito bem-sucedido: criamos um ambiente de negócios confiável, que reflete na geração de postos de trabalho que, por sua vez, transforma vidas de famílias inteiras. O aumento de vagas formais, que trazem mais segurança ao trabalhador, também é motivo de celebração”, diz o governador Tarcísio de Freitas.

Além disso, enquanto a população ocupada com carteira assinada subiu 5,2% de 2024 para 2025, a sem carteira assinada caiu 8,7%.

Já a taxa anual de informalidade foi de 29% da população ocupada em São Paulo, a terceira menor entre os estados e também abaixo do índice nacional de 38,1% e da região Sudeste de 33%.

Em relação ao rendimento médio real habitual, enquanto no Brasil foi de R\$ 3.560 em 2025, no estado de São Paulo ficou em R\$ 4.190.

O rendimento de São Paulo é maior que a média do Sudeste (R\$ 3.958) e que dos estados que compõem a região: Rio de Janeiro (R\$ 4.177), Espírito Santo (R\$ 3.497) e Minas Gerais (R\$ 3.350).

Os dados estão dentro das diretrizes do programa São Paulo na Direção Certa, que apontam o caminho a ser seguido para tornar o Estado mais eficiente, com maior capacidade de atração de investimentos e geração de oportunidades.

Quarto trimestre
No quarto trimestre de 2025 (de outubro a dezembro), o estado de São Paulo registrou taxa de desemprego de 4,7%, também a menor da série histórica do IBGE iniciada em 2012. Além disso, o indicador do estado foi mais positivo que a taxa de desemprego nacional (5,1%) e que da região Sudeste (4,8%).

O total de pessoas ocupadas com carteira assinada no setor privado em São Paulo foi o maior entre todas as unidades da Federação: 11.593 milhões de pessoas – alta de 2,7% em relação ao mesmo trimestre do ano passado. No país, o total ficou em 39.409 milhões. Assim, o estado responde por 30% do total de trabalhadores com carteira assinada no país.

O percentual de empregados com carteira assinada foi de 82,2% dos trabalhadores do setor privado no estado, segundo maior do país. No Brasil, o índice geral ficou em 74,4%.

O total de pessoas ocupadas (incluindo trabalhadores do setor privado e público com e sem carteira assinada, domésticos, informais e por conta própria com CNPJ) era de 24.576 milhões no estado – alta de 1,1% em relação ao trimestre anterior e 1,3% ante o mesmo trimestre do ano passado. Foi o maior número em toda a série histórica desde 2012. No país, eram 102.998 milhões.

Já o número de desocupados na força de trabalho era de 1.212 milhão – queda de 9,3% ante o trimestre anterior e de 20,7% em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Foi o menor número em todos os trimestres desde o início da pesquisa, em 2012.

Enquanto a taxa de informalidade para o Brasil foi de 37,6% da população ocupada, São Paulo teve a terceira menor taxa entre os demais estados (29,7%).

Já o rendimento médio em São Paulo ficou em R\$ 4.324, maior que da região Sudeste (R\$ 4.033) e da média do país (R\$ 3.613). Além disso, o estado teve o maior rendimento entre os demais da região: Rio de Janeiro (R\$ 4.183), Espírito Santo (R\$ 3.508) e Minas Gerais (R\$ 3.353).

Trampolim e PATs
O Governo de São Paulo conta com mais de 200 unidades dos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) espalhadas por todo o estado para auxiliar quem está em busca de emprego. Os trabalhadores de São Paulo contam ainda com o Trampolim, plataforma que reúne vagas de emprego e cursos de qualificação.

A plataforma Trampolim reúne vagas de emprego e cursos

de qualificação em um só lugar. Por lá, o candidato pode aplicar filtros para vagas de acordo com a área e com a localização de sua preferência. Além disso, também encontra cursos de qualificação para conseguir concorrer às melhores vagas.

O Trampolim é uma plataforma digital gratuita. Além de apresentar uma curadoria de vagas de emprego e cursos, ela também oferece testes de habilidades e uma ferramenta para criação de currículo profissional.

Há também uma seção dedicada exclusivamente para o público idoso que busca recolocação profissional. Por lá, o público 60+ consegue acessar microcrédito e cursos de qualificação profissional.

Já os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) realizam a intermediação de mão de obra e concentram serviços gratuitos à população, destinados à geração de emprego e renda. O objetivo é promover a recolocação do trabalhador no mercado de trabalho por meio de buscas junto ao Sistema Nacional de Emprego (SINE). Assim, o equipamento reduz os custos e o tempo de espera tanto para o trabalhador quanto para o empregador.

Além disso, nos PATs, o cidadão também encontra o serviço de habilitação ao seguro-desemprego. Assim, o trabalhador desempregado tem acesso a assistência financeira temporária em virtude da dispensa sem justa causa.

Para atendimento nas unidades, deve-se comparecer diretamente ao Posto mais próximo com RG, CPF e Carteira de Trabalho. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Ex-vereador e atual presidente no Tribunal de Contas, Domingos Dissei está em Brasília (DF) no 10º encontro dos Tribunais de Contas (ATRICOM), até 27 fevereiro 2026, tratando de corrupções e inteligências artificiais

PREFEITURA (São Paulo)

O cristão [católico] e prefeito Ricardo Nunes (MDB) não perdeu a chance de ‘expurgar os demônios’ da Enel [multinacional de energia elétrica] após a fala do CEO que disse: “nem Jesus [O Cristo] evitaria apagões em SP”

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Conselho de Ética vai julgar uma possível cassação - pedida pelo PSOL - do deputado Lucas Bove (PL). O presidente é o deputado Olím (PP), o mesmo que foi relator da cassação do então deputado [no MBL] ‘Mamãe Falei’

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio Freitas (do Republicanos) segue jogando pra um 2º tempo [do mesmo jogo] quem vai escolher como vice na sua campanha pela reeleição ao governo paulista. Na real, o apito final já foi soprado, mas pode ter VAR

CONGRESSO (Brasil)

Deputado federal (SP), Gilberto Nascimento (PSD) segue tentando a pacificação, enquanto líder da bancada cristã [... protestante ...], sobre as agressões aos cristãos conservadores via escola de samba [carnaval do Rio]

PRESIDÊNCIA (Brasil)

No país ‘das apostas’, Lula (dono do PT) lá [Índia, Coreia Sul e Arábia Saudita] e o vice Alckmin (ex-PSDB ... no PSB) aqui ... apostando que seguirá vice na chapa 2026 por reeleição. Parte do PT nunca ‘engoliu a zebra’ de 2022

PARTIDOS (Brasil)

No PL do poderoso Casa Neto : caso sigam as disputas internas [sempre as piores nas esquerdas e direitas] de quem apoiará a candidatura do senador (Rio) Flávio Bolsonaro à presidência não precisará de inimigo externo

JUSTIÇAS (Brasil)

O caso dos crimes cometidos pelo dono do banco Master tem tudo pra viralizar nas escolas de Direito. Daniel Varcaro deverá negociar colaboração premiada, pra ser premiado e se livrar do pior [como no caso Mauro Cid]

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu ‘Medalha Anchieta’ da Câmara (SP) e ‘Colar de Honra ao Mérito’ da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA “Não to mandei eu? Esforça-te e tem bom ânimo; não pases, nem te espantes, porque o Senhor, teu Deus, é contigo, por onde quer que andares” Josué 1:9

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

CPTM expande pagamento por aproximação para novas estações e otimiza atendimento nas bilheteiras

A CPTM avança na modernização da jornada do passageiro com a ampliação do sistema de pagamento por aproximação. A partir de 1º de março, as estações Francisco Morato, Mauá, Guaiabanas e Corinthians-Itaquera, que contam com alto fluxo de entrada de passageiros, passam a aceitar cartões de crédito e débito (tecnologia NFC) diretamente em todos os bloqueios. A medida acompanha uma atualização nos horários das bilheteiras físicas, visando alinhar a operação à crescente adesão aos meios digitais e garantir a eficiência no atendimento.

Tecnologia e conveniência

A expansão do pagamento por aproximação oferece mais agilidade a quem circula pela rede. Além das novas estações contempladas, o sistema já opera em Aeroporto-Guarulhos, Brás, Ipiranga, Palmeiras-Barra Funda, Tatuapé, Granja Julieta, João Dias e Osasco, que também terão a ampliação para todos os bloqueios.

Com essa tecnologia, os passageiros podem acessar as plataformas utilizando cartões de

pagamento (débito ou crédito), celulares ou relógios inteligentes, eliminando a necessidade de compra antecipada de bilhetes físicos. O sistema aceita as bandeiras Elo, Mastercard e Visa. Vale destacar que a integração gratuita é válida apenas entre linhas do sistema sobre trilhos, respeitando-se as normas de utilização vigentes.

A previsão de expansão para novas estações é no segundo semestre de 2026, em cronograma que ainda será definido pela CPTM.

Atualização do atendimento presencial

Com o objetivo de otimizar a gestão de recursos e priorizar os períodos de maior movimento, as bilheteiras físicas terão seus horários atualizados. A partir de março, a maioria das unidades operará das 5h às 21h. No entanto, as 17 estações de maior fluxo (veja lista abaixo) manterão o atendimento presencial durante todo o horário operacional, das 4h à meia-noite, nas 7 linhas do sistema ferroviário.

Como parte do compromisso de melhoria contínua e atenção às demandas locais, a CPTM



anuncia a reabertura da bilheteria da Estação Capuava (Linha 10-Turquesa), facilitando o acesso ao transporte público ao cidadão da região.

Canais digitais: compra 24 horas sem filas

Os passageiros contam com total autonomia para adquirir passagens a qualquer momento pelos canais digitais. O bilhete QR Code pode ser obtido via WhatsApp TOP (11 3888-2200), aplicativo TOP (iOS e Android), máquinas de autoatendimento (ATMs) presentes em todas as estações e

Carteira Google. Além disso, a rede credenciada conta com mais de 8 mil pontos de venda físicos que aceitam dinheiro.

Comunicação e suporte

As estações que passaram pela alteração contarão com sinalização reforçada e avisos sonoros para orientar o público. Vale lembrar que a CPTM segue responsável pela gestão das bilheteiras em toda a rede, assegurando a padronização e o suporte ao passageiro, inclusive nas linhas operadas pela iniciativa privada (Linha 7-Rubi, 8-Diamante e 9-Esmeralda). (Governo de SP)

Contas externas têm saldo negativo menor em janeiro de 2026

As contas externas do Brasil tiveram saldo negativo de US\$ 8,360 bilhões em janeiro, informou na terça-feira (24) o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2025, o déficit havia sido de US\$ 9,809 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

A melhora na comparação interanual é resultado da alta de US\$ 2,1 bilhões no superávit comercial. De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, esse aumento se deve à redução de importações, “bastante generalizada” em todos os setores, o que reflete a desaceleração da atividade econômica no país.

Contribuindo para a melhora do saldo, houve redução de US\$ 581 milhões no déficit da venda de serviços. Em contrapartida, foi registrado aumento de US\$ 1,3 bilhão no déficit em renda primária, que contabiliza o pagamento de juros e lucros, além de dividendos de empresas.

Nos 12 meses encerrados em janeiro, o déficit em transações correntes somou US\$ 67,551 bilhões, o que corresponde a 2,92% do Produto Interno Bruto (PIB), indicador da soma dos bens e serviços produzidos no país. Em relação ao período equivalente

terminado em janeiro de 2025, houve redução no déficit; naquele mês, o resultado em 12 meses foi negativo em US\$ 72,421 bilhões, ou 3,35% do PIB.

Investimentos

De acordo com Fernando Rocha, as transações correntes apresentam cenário bastante robusto e tendência de redução no déficit em 12 meses desde setembro de 2025. Segundo ele, o déficit externo está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país (IDP), que têm fluxos e estoques de boa qualidade.

O IDP somou US\$ 8,168 bilhões em janeiro deste ano, ante US\$ 6,708 bilhões em igual mês de 2025. Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser investimentos de longo prazo.

Em 12 meses até janeiro, esses investimentos diretos acumularam US\$ 79,137 bilhões (3,42% do PIB), ante US\$ 77,676 bilhões (3,41% do PIB) no mês anterior e US\$ 72,798 bilhões (3,37% do PIB) no período encerrado em janeiro de 2025.

Segundo Rocha, esses resultados em 12 meses mostram a solidez da economia brasileira, totalmente financiada pelo IDP. No caso dos investimentos em carteira no mercado doméstico, houve entrada líquida de US\$ 8,867 bilhões em janeiro, a maior desde julho de 2018. Nos 12 meses encerrados em janeiro, esses investimentos somaram ingressos líquidos de US\$ 24,9 bilhões.

Já o estoque de reservas internacionais atingiu US\$ 364,367 bilhões em janeiro, aumento de US\$ 6,134 bilhões em comparação ao mês anterior.

Transações correntes

Em janeiro deste ano, as exportações de bens totalizaram US\$ 25,282 bilhões, com redução de 1,2% em relação ao mesmo mês de 2025. Enquanto isso, as importações chegaram a US\$ 21,766 bilhões, com queda de 10% na comparação com janeiro do ano passado.

Com os resultados de exportações e importações, a balança comercial fechou com superávit de US\$ 3,516 bilhões no mês passado, ante o saldo positivo de US\$ 1,396 bilhões em janeiro de 2025.

O déficit na conta de serviços — viagens, transporte, aluguel de equipamentos, serviços de telecomunicação e de proprie-

dade intelectual, entre outros — atingiu US\$ 3,972 bilhões no mês passado, redução de 12,8% ante os US\$ 4,553 bilhões em igual período de 2025.

No caso das viagens internacionais, o déficit na conta fechou em US\$ 1,453 bilhão, 48,4% acima do registrado em janeiro de 2025. Isso é resultado da redução de 9,3% (total de US\$ 731 milhões) nas receitas — que são os gastos de estrangeiros em viagem ao Brasil — e de aumento de 22,4% nas despesas de brasileiros no exterior, para US\$ 2,184 bilhões.

Em janeiro de 2026, o déficit em renda primária — lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários — chegou a US\$ 8,312 bilhões, 18,7% acima do registrado em janeiro do ano passado, de US\$ 7,001 bilhões. Normalmente, essa conta é deficitária, já que há mais investimentos de estrangeiros no Brasil — e eles remetem os lucros para fora do país — do que de brasileiros no exterior.

A conta de renda secundária — gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens — teve resultado positivo de US\$ 408 milhões no mês passado, contra superávit de US\$ 349 milhões em janeiro de 2025. (Agência Brasil)

Governo estuda viabilidade de Tarifa Zero no transporte público

O ministro das Cidades, Jader Filho, confirmou na terça-feira (24) que o governo federal segue estudando a viabilidade de implementar a chamada Tarifa Zero no transporte público, em todo o Brasil.

Segundo o ministro, a medida pode ser uma resposta à crise enfrentada pela maioria dos sistemas de transporte público do país, baseado em um modelo segundo o qual usuários e Poder Público, juntos, pagam às empresas de ônibus uma tarifa capaz de cobrir os custos operacionais e a margem de lucro previsto.

“Já temos debatido e discutido diversas soluções para esse tema, para que a gente possa fazer uma discussão nacional e chegar a um entendimento e, com isso, melhorar o transporte público nas nossas cidades”, disse Filho.

Ele participou esta manhã do programa Bom Dia, Ministro — uma co-produção entre a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República e o Canal Gov, transmitida pelos canais da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Segundo o ministro, por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Fazenda está elaborando um estudo de viabilidade econômica a fim de identificar possibilidades de mudanças no sistema de transporte público, que, local e regionalmente, são de responsabilidade de prefeituras e governos estaduais.

“E se vamos avaliar a implementação de tarifa zero, temos que saber de onde vão sair os recursos financeiros para isso; qual o tamanho dessa despesa”, acrescentou Filho, admitindo que qualquer eventual proposta terá que ser discutida com municípios e estados. “O certo é que o modelo que está posto, no qual o cidadão tem que pagar por toda a tarifa [nos casos em que o sistema não recebe subsídio público], está falido. Este modelo não funciona mais. E não só no Brasil, no mundo”, assegurou o ministro, insistindo na necessidade de aguardar pelo estudo a cargo do Ministério da Fazenda para

prosseguir com o debate.

Em outubro do ano passado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comentou que a equipe econômica já estava realizando “um estudo abrangente do setor de transporte público” para avaliar a possibilidade de implementar a tarifa zero — já adotado, na ocasião, em 136 cidades brasileiras, a maioria, de pequeno e médio porte.

“Sabemos que o transporte público no Brasil, sobretudo o urbano, é uma questão importante para o trabalhador. Nesse momento, estamos fazendo uma radiografia do setor, a pedido do presidente. Tem vários estudos que estão sendo recuperados pela Fazenda para verificar se existem outras formas mais adequadas de financiar o setor”, disse Haddad, na época.

Comissão

No início do mês, a Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência na análise do Projeto de Lei nº 3278/21, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano, criando uma rede única e integrada de transporte público coletivo, envolvendo União, estados e municípios.

Já aprovado no Senado, o projeto está pronto para ser votado no Plenário da Câmara, sem a necessidade de passar pelo aval das comissões permanentes da Casa.

Entre as inovações previstas, além da gestão compartilhada entre entes públicos, está a possibilidade de destinação de recursos orçamentários para cobrir custos de gratuidade e tarifas reduzidas, além de metas de universalização e transição energética.

Segundo o relator da proposta na Câmara, o deputado federal José Priante (PMDB-PA), a proposta prevê que as tarifas cobradas dos passageiros sejam separadas da remuneração paga às empresas de ônibus, que terão que cumprir metas de desempenho e de qualidade — evitando, com isso, que os usuários tenham que arcar com custos não diretamente relacionados à prestação do serviço. (Agência Brasil)

STF tem maioria para validar adesão de SP a programa de refinanciamento de dívida com União

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria em favor de São Paulo para validar o contrato de refinanciamento da dívida do estado com a União por meio do Propag (Programa de Plano de Pagamento de Dívidas dos Estados) e os pagamentos já realizados de acordo com os novos termos da renegociação.

Segundo o governo paulista, a adesão garante uma economia de R\$ 1 bilhão por mês ao estado. Cinco ministros votaram junto com o relator do caso, André Mendonça, que já havia concedido uma liminar a favor do estado em 23 de janeiro. São eles: Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Dias Toffoli, Cristiano Zanin e Edson Fachin.

Dois (Flávio Dino e Cármen Lúcia) divergiram parcialmente dos colegas. Eles votaram com os demais para vedar a inscrição

do estado em cadastros de inadimplência e aplicar penalidades, mas foram contra considerar o contrato válido, devido à falta de conclusão das formalidades legais.

Ainda faltam dois votos. O julgamento do caso, em plenário virtual, se encerra à meia-noite da terça-feira (24).

O programa prevê descontos nos juros e parcelamento do saldo das dívidas em até 30 anos e cria um fundo de equalização para compensar estados em boa situação fiscal. Entes beneficiados por redução dos juros terão como contrapartida a exigência de investimento em áreas como educação e segurança.

A discussão jurídica teve início após o Tesouro Nacional reter a homologação final do acordo, exigindo o pagamento de va-

lores baseados em taxas do contrato antigo, mesmo após o estado ter cumprido os requisitos legais para a migração.

A PGE-SP (Procuradoria Geral do Estado de São Paulo) diz que a decisão pode servir de modelo para outros estados que enfrentam entraves burocráticos semelhantes na transição para o Propag.

“Esta decisão do Supremo não é apenas uma vitória jurídica; é o reconhecimento da lealdade federativa. São Paulo cumpriu rigorosamente as etapas do Propag e a validação deste contrato devolve ao estado a capacidade plena de planejamento. O alívio de R\$ 1 bilhão mensal no fluxo de caixa representa a garantia de que investimentos estruturantes em infraestrutura e serviços públicos não serão interrompidos por entraves burocrá-

ticos”, disse a procuradora-geral do estado, Inês Coimbra.

Em sua decisão, o relator afirma que São Paulo atendeu a todos os requisitos legais e infralegais que lhe foram impostos pelo governo federal, o que é reforçado pelo fato de a STN (Secretaria do Tesouro Nacional) ter encaminhado a minuta do termo aditivo do contrato. O estado, por sua vez, efetuou o pagamento da parcela que então passou a ser devolvida e devolveu a minuta assinada ao governo.

“A União/STN, todavia, não reconheceu, nesse procedimento, a ocorrência de efetiva celebração do contrato aditivo de dívida”, disse o ministro. Além disso, passou a exigir o recolhimento complementar da parcela com base no regime anterior. (Folhapress)

Representação Brasileira do Parlasul aprova acordo Mercosul-UE

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou na terça-feira (24) por unanimidade o Acordo de comércio entre o Mercosul e a União Europeia. O debate sobre o texto começou no dia 10 de fevereiro, quando o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) leu seu relatório sobre o acordo, mas um pedido de vista adiou a análise.

Com a aprovação, o acordo segue para votação nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente. O texto ainda tem que ser ratificado pelos Congressos da Argentina, Paraguai e Uruguai, bem como pelo Parlamento Europeu. A entrada em vigor se dará apenas após conclusão de todos os trâmites.

Assinado no dia 17 de janeiro, no Paraguai, o acordo foi enviado para análise da representação brasileira no Parlasul pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 2 de fevereiro.

O acordo cria uma área de livre comércio entre os dois blocos, com redução gradual de tarifas e preservação de setores considerados sensíveis, além de prever salvaguardas e mecanismos de solução de controvérsias.

O texto contém 23 capítulos que tratam, entre outros pontos, da redução de impostos de importação e da criação de regras para diversos setores. O Mercosul deverá zerar tarifas sobre 91% dos bens europeus em até 15 anos. Já a União Europeia eliminará tarifas sobre 95% dos bens do Mercosul em até 12 anos.

O acordo estabelece a maior zona de livre comércio do mun-

do, com mais de 720 milhões de habitantes. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) estima que a implementação do acordo pode incrementar as exportações brasileiras em cerca de US\$ 7 bilhões e ampliar a diversificação das vendas internacionais brasileiras, beneficiando inclusive à indústria nacional.

1. Eliminação de tarifas alfandegárias

Redução gradual de tarifas sobre a maior parte dos bens e serviços;

Mercosul: zerará tarifas sobre 91% dos bens europeus em até 15 anos;

União Europeia: eliminará tarifas sobre 95% dos bens do Mercosul em até 12 anos.

2. Ganhos imediatos para a indústria

Tarifa zero desde o início para diversos produtos industriais. A redução se aplica a: Automóveis e autopeças; Produtos químicos; Aeronaves e equipamentos de transporte.

3. Acesso ampliado ao mercado europeu

Empresas do Mercosul ganham preferência em um mercado de alto poder aquisitivo; UE tem PIB estimado em US\$ 22 trilhões; Comércio tende a ser mais previsível e com menos barreiras técnicas.

4. Cotas para produtos agrícolas sensíveis

Produtos como carne bovina,

frango, arroz, mel, açúcar e etanol terão cotas de importação; Acima dessas cotas, é cobrada a tarifa;

Cotas crescem ao longo do tempo, com tarifas reduzidas, em vez de liberar entrada sem restrições; Mecanismo busca evitar impactos abruptos sobre agricultores europeus;

Na UE, as cotas equivalem a 3% dos bens ou 5% do valor importado do Brasil;

No mercado brasileiro, chegam a 9% dos bens ou 8% do valor.

5. Salvaguardas agrícolas

Importações crescerem acima de limites definidos; Preços ficarem muito abaixo do mercado europeu; Medida vale para cadeias consideradas sensíveis.

6. Compromissos ambientais obrigatórios

Produtos beneficiados pelo acordo não poderão estar ligados a desmatamento ilegal; Cláusulas ambientais são vinculantes; Possibilidade de suspensão do acordo em caso de violação do Acordo de Paris.

7. Regras sanitárias continuam rigorosas

UE não flexibiliza padrões sanitários e fitossanitários. Produtos importados seguirão regras rígidas de segurança alimentar.

8. Comércio de serviços e investimentos

Serviços financeiros; Telecomunicações; Transporte;

Serviços empresariais.

9. Compras públicas

Empresas do Mercosul poderão disputar licitações públicas na UE; Regras mais transparentes e previsíveis.

10. Proteção à propriedade intelectual

Reconhecimento de cerca de 350 indicações geográficas europeias; Regras claras sobre marcas, patentes e direitos autorais.

11. Pequenas e médias empresas (PMEs)

Capítulo específico para PMEs; Medidas de facilitação aduaneira e acesso à informação; Redução de custos e burocracia para pequenos exportadores.

12. Impacto para o Brasil

Potencial de aumento das exportações, especialmente do agro e da indústria;

Maior integração a cadeias globais de valor; Possível atração de investimentos estrangeiros no médio e longo prazo.

13. Próximos passos

Aprovação pelo Parlamento Europeu; Ratificação nos Congressos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai; Entrada em vigor apenas após conclusão de todos os trâmites; Acordos que extrapolam política comercial precisam ser aprovados pelos parlamentos de cada país. (Agência Brasil)

Governo suspende importação de cacau da Costa do Marfim, maior produtora do mundo

O Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária) suspendeu a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau da Costa do Marfim. A decisão foi publicada na terça-feira (24) no Diário Oficial da União e tem efeito imediato e vai durar até que o país se manifeste sobre a situação.

O motivo seria possível risco fitossanitário devido ao alto fluxo de grãos originados de países vizinhos ao território marfinense, que poderiam se misturar às cargas exportadas e trazer pragas ou doenças, segundo o governo.

O país da África Ocidental é considerado o maior produtor de cacau do mundo e exportou 41,6 mil toneladas do produto para o Brasil no ano passado, o que representa 37% do total de 112,8 mil toneladas importadas em território brasileiro.

A publicação ainda determina que a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais e a Secretaria de Defesa Agropecuária investiguem as suspeitas de mistura de grãos de países vizinhos.

A Costa do Marfim terá que apresentar garantias de que os envios não apresentam risco de conter amêndoas de cacau produzidas em países vizinhos, “cujo status fitossanitário da cultura é desconhecido e cuja exportação ao Brasil é de origem não autorizada”.

A CNA (Confederação da

Agricultura e Pecuária do Brasil) e a Faeb (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia) se manifestaram publicamente a favor da medida, disseram que já estavam em diálogo com o Mapa sobre o tema desde novembro e afirmaram que a decisão tem respaldo científico.

“Acreditamos na competência técnica da Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa para que, com base em critérios científicos, tome a decisão mais assertiva para a proteção do cacau nacional”, afirmou o diretor técnico adjunto da CNA, Maciel Silva.

Já a AIPC (Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau) demonstrou preocupação com a suspensão e diz que tais decisões precisam ser ancoradas exclusivamente em critérios técnicos.

“Confiamos igualmente no governo da República da Costa do Marfim, parceiro estratégico do Brasil no comércio internacional de cacau, para que possa apresentar os esclarecimentos e garantias necessários quanto à rastreabilidade e aos controles adotados para impedir a triangulação de amêndoas provenientes de países não autorizados”, diz.

Segundo a entidade, a moagem de cacau no Brasil somou 195.882 toneladas no ano passado, um recuo de 14,6% em relação a 2024, também devido a uma matéria-prima mais cara. (Folhapress)

[illegible]

CPI questiona Meta sobre lucros da bigtech com o crime na internet

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado do Senado questionou, na terça-feira (24), a empresa Meta — dona do WhatsApp, Facebook e Instagram — sobre os ganhos econômicos que a multinacional dos Estados Unidos (EUA) teria com a prática de crimes nas plataformas digitais.

O relator da CPI, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), ressaltou que os lucros com anúncios de golpes e fraudes praticados na internet geram bilhões de dólares em receitas, dinheiro que incentivaria a manutenção desses conteúdos nas plataformas. “Ao que tudo indica, a Meta deliberadamente vem dificultando a atuação das autoridades, porque, ao criptografar conteúdo inadvertidamente, mesmo com relatos internos de que essa criptografia vai favorecer o crime, assim o fez”, afirmou o relator.

A criptografia de ponta a ponta é o mecanismo que impede que terceiros tenham acesso ao conteúdo das conversas do WhatsApp ou do Messenger do Facebook e Instagram, que são os bate-papos privados dessas plataformas.

Presente à audiência, a diretora de políticas econômicas para América Latina da bigtech, Yana Dumaresq Sobral Alves, negou que a empresa tenha interesses econômicos nos anúncios de fraudes e golpes.

“Temos interesse de manter nossas plataformas longe de ataques maliciosos, de conteúdos fraudulentos; dizer que isso não está alinhado aos nossos interesses comerciais, t-los e abrigá-los nas nossas plataformas. Por isso que nós adotamos medidas robustas, proativas e em tempo real para detectar e bloquear campanhas fraudulentas”, afirmou.

Para Vieira, a empresa pode agir dessa forma porque reduz o risco de ter que arcar com indenizações, uma vez que a Justiça não tem acesso a conteúdos que prejudicaram vítimas, por exemplo, de exploração sexual.

O senador diz acreditar que a opção da Meta por permitir a divulgação de conteúdo criminoso é feita sem prejuízo da imagem da empresa, por ela ser uma gigante mundial sem concorrentes.

“É um megamonopólio de comunicação, e, de fato, a gente vai ter que chegar a algum ponto de regulamentação aqui, via lei. A gente tem divergências pontuais com relação a ajustes, a conteúdos, mas o fato é que nós temos um problema gravíssimo nesse avanço digital na sociedade”, ponderou.

A plataforma Meta enfrenta ação judicial nos Estados Unidos (EUA) por, supostamente, facilitar a exploração sexual de crianças e adolescentes e promover conteúdos ilegais para lucrar com isso. A gigante da tecnologia nega as acusações.

O uso de redes sociais para exploração sexual atinge outras plataformas, como a X. A União Europeia abriu investigação, em janeiro deste ano, sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) Grok, da plataforma X, para criar imagens sexualizadas de pessoas reais, incluindo crianças e adolescentes.

Audiência no Senado

Na CPI do Crime Organizado no Senado brasileiro, o relator Alessandro Vieira havia pedido a oitiva do diretor-geral da Meta no Brasil, Conrado Leister, para ter mais informações sobre notícias da imprensa que revelariam que a bigtech teria ganhos bilionários com as fraudes e crimes praticados na internet.

“Tais documentos indicam que a Meta obteve um faturamento de aproximadamente US\$ 16 bilhões em 2024, proveniente da veiculação de anúncios de gol-



Foto: Marcello Costa Jr./Agência Brasil

pes e produtos proibidos. Este valor representaria cerca de 10% da receita anual total da companhia”, justificou o parlamentar sergipano.

No lugar do diretor-geral da Meta, a empresa enviou para oitiva na CPI a diretora Yana Dumaresq Sobral Alves, que apontou que a empresa teve resultados reconhecidos por autoridades de segurança pública e pelo Judiciário no combate às fraudes na internet, “com decisões julgando improcedentes os pedidos de condenação por suposta omissão”.

Ainda segundo a diretora da Meta, as equipes da companhia desarticularam quase 12 milhões de contas no Facebook, Instagram e WhatsApp que estavam associadas a centros criminosos de golpes, além de ter removido 134 milhões de anúncios fraudu-

lentos em todo o mundo em 2025. “A confiança em nossas plataformas é condição absoluta para o sucesso de nossos negócios. Nosso objetivo é proteger usuários e empresas contra práticas enganosas”, concluiu.

Documentos internos vazados

O senador Vieira questionou Yana sobre notícia da agência Reuters, de dezembro de 2025, que afirma que documentos internos da Meta orientam os gestores da empresa a evitarem regulação estatal que busque derrubar anúncios de golpes na internet.

“Trabalho com esse tema dentro da empresa há mais de dois anos e meio, nunca vi nenhum documento, e não me lembro de ter visto nenhum documento que trouxesse esse tipo de interesse ou de abordagem”, respondeu

Yara, diretora da Meta de política econômica para América Latina.

Exploração sexual de crianças e adolescentes

O relator da CPI, Alessandro Vieira, quis saber ainda se a Meta tem capacidade de detectar e impedir a divulgação de imagens de abuso sexual de crianças e adolescentes nas redes sociais. O senador citou estudos que mostram o uso das plataformas para o aliciamento de crianças.

“Em 2020, um relatório da ONG Human Trafficking Institute diz que o Facebook foi a plataforma mais utilizada por traficantes sexuais para aliciar e recrutar crianças: 65% dos casos de aliciamento e recrutamento de crianças se deram através da plataforma de vocês”, destacou o senador.

A diretora da Meta Yara Alves não soube responder, com precisão, se a companhia pode identificar conteúdos de pornografia infantil, evitando a divulgação desse tipo de conteúdo.

“Não sei explicar para o senhor se as nossas ferramentas de detecção proativa, a partir de metadados, etc., são suficientes para impedir a transferência de fotos, como o senhor falou especificamente, mas quero colocar aqui o time da Meta à disposição desta Comissão”, disse.

Ao mesmo tempo, a chefe da Meta destacou que o combate a

exploração sexual de crianças e adolescentes é uma prioridade da multinacional, que tomou medidas para controle, pelos pais, de contas de adolescentes.

“O tema de crianças e adolescentes dentro da Meta é um tema de altíssima prioridade e conta com diversos times dedicados na área de produto, na área de compliance, na área de jurídico, política pública, operações”, afirmou.

Perguntas sem respostas

A diretora da gigante da tecnologia também não soube responder questões apresentadas pelos senadores em temas específicos, como de limites da criptografia ou sobre o uso de algoritmos nas redes sociais para favorecer determinados conteúdos políticos.

A falta de domínio sobre alguns assuntos levou o relator da CPI a solicitar que seja chamado, novamente, o diretor-geral da Meta no Brasil, Conrado Leister.

“A empresa informou, ao pedir a substituição do diretor-geral por nossa excelência, que a senhora teria condições de atender perfeitamente [a CPI]. Novamente, em benefício desse princípio de boa-fé, que é tão bom nas relações, vamos entender que foi um erro de avaliação e vamos reter a convocação do diretor-geral”, disse o relator da Comissão. (Agência Brasil)

Arrecadação federal bate recorde e soma R\$ 325,7 bilhões em janeiro

A arrecadação federal alcançou R\$ 325,7 bilhões em janeiro, o maior valor já registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1995. O resultado representa crescimento real de 3,56% na comparação com janeiro do ano passado, já descontada a inflação.

Os dados foram divulgados na terça-feira (24) pela Receita Federal do Brasil. Segundo o Fisco, o desempenho foi impulsionado pelo crescimento da atividade econômica e por mudanças recentes na legislação tributária.

Entre os destaques está o avanço do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), cuja arrecadação somou R\$ 8 bilhões em janeiro, com alta real (descontada a inflação) de 49,05% em relação ao mesmo mês de 2025. De acordo com a Receita, o resultado reflete alterações na legislação que ampliaram a incidência do imposto sobre novas operações financeiras.

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de capital também registrou crescimento expressivo de 32,56%, totalizando R\$ 14,68 bilhões. O desempenho foi influenciado por aplicações em renda fixa e pela tributação de Juros sobre Capital Próprio (JCP), uma das formas de uma empresa distribuir lucros aos acionistas.

No fim do ano passado, o Congresso Nacional aprovou o aumento, de 15% para 17,5% da alíquota de Imposto de Renda Retido na Fonte para a JCP. No entanto, essa alta ainda só se refletirá na arrecadação federal a partir de abril.

Previdência

A arrecadação da Previdência Social atingiu R\$ 63,45 bilhões, com aumento real de 5,48% em relação a janeiro do ano passado. O avanço foi atribuído ao crescimento de 3,49% na massa salarial e à alta de 7,46% na arrecadação do Simples Nacional.

As receitas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS) somaram R\$ 56 bilhões, com expansão real de 4,35% na comparação com o mesmo mês de 2025. Segundo a Receita, a alta reflete o aumento no volume de vendas do comércio e de serviços.

Jogos e bets

A tributação sobre apostas online e jogos de azar gerou R\$ 1,5 bilhão em janeiro, contra R\$ 55 milhões em janeiro do ano passado. O crescimento no setor atingiu 2.642% na comparação anual, refletindo a regulamentação e a ampliação da cobrança sobre as chamadas “bets”.

Parte das mudanças aprovadas no fim de 2025 ainda não impactou integralmente a arrecadação por causa do prazo de noventa dias para início da cobrança após alteração de alíquota.

Em sentido contrário, tributos

ligados à importação apresentaram recuo real. As receitas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação caíram 14,74% em janeiro, descontada a inflação, na comparação com o mesmo mês de 2025. A Receita atribui o resultado à redução do volume de importações em dólar e à queda da taxa de câmbio na comparação anual.

O desempenho de janeiro reforça o caixa do governo no início do ano e contribui para o cumprimento da meta fiscal estabelecida para 2026, que prevê superávit primário de R\$ 34,3 bilhões, excluindo o pagamento de precatórios e despesas fora do arcabouço fiscal.

As regras fiscais, no entanto, estabelecem um limite de tolerância de 0,25 ponto percentual em relação à meta central. Dessa forma, o governo está autorizado a obter resultado primário zero até superávit de R\$ 68,6 bilhões em 2025. (Agência Brasil)

Programa de Saúde Digital do Hospital das Clínicas de SP amplia número de teleconsultas



Foto: Divulgação/Hospital das Clínicas de SP

Um balanço apresentado no final de janeiro pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HCFMUSP) aponta a realização de mais de 130 mil teleconsultas ao longo de 2025, reforçando o protagonismo do complexo na ampliação e qualificação da assistência. Os dados foram divulgados durante a reunião mensal do Conselho de Saúde Digital, que reuniu a alta gestão e representantes de todos os institutos para alinhar estratégias e compartilhar boas práticas.

Os números revelam um crescimento sólido e sustentável da modalidade. No acumulado entre janeiro de 2021 e dezembro de 2025, o volume total de atendimentos remotos ultrapassou a marca de 790 mil. Atualmente, a teleconsulta já representa cerca de 7,5% de todos os atendimentos ambulatoriais do complexo, sinalizando uma mudança estrutural na oferta de serviços assistenciais.

A expansão do Programa de Saúde Digital, fruto de uma parceria estratégica com o governo britânico, foca na eficiência do acompanhamento clínico. Ao priorizar o atendimento por videoconferência para casos elegíveis, o HC garante redução de custos com menor gasto em transporte e alimentação para pacientes e familiares; segurança ao paciente diminuindo sua exposição desnecessária ao ambiente hospitalar; queda nas taxas de absenteísmo (faltas); e atendimento realizado diretamente da residência do usuário via computador, tablet ou smartphone.

A busca por uma assistência que ofereça mais saúde de qualidade para os pacientes da instituição ganhou força com as

Justiça mantém condenação da Volkswagen por trabalho escravo

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) manteve a condenação da Volkswagen por praticar trabalho escravo contemporâneo durante a ditadura civil-militar, na Fazenda Vale do Rio Cristalino, em Santana do Araguaia (PA).

Com a decisão, proferida durante sessão ordinária realizada na terça-feira, (24), a montadora deverá arcar com a indenização de R\$ 165 milhões, destinada ao financiamento de medidas de proteção a trabalhadores e trabalhadoras, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O caso foi denunciado em ação civil pública, ou seja, coletiva, do Ministério Público do Trabalho (MPT), que se mobilizou para obter, além da indenização por danos morais, retratação pública da companhia e a implementação de ferramentas como protocolos que agilizem sua resposta em episódios parecidos, um canal de denúncias e a realização de ações de fiscalização.

A condenação da Volkswagen foi anunciada em agosto do ano passado. Diante da decisão do juiz Otávio Bruno da Silva Pereira, do TRT8, havia entrado com recurso para tentar reverter a decisão, levando o processo à segunda instância.

Na sessão desta terça-feira, o presidente da 4ª turma do TST, desembargador Carlos Zahlouth Júnior, destacou que, à época dos crimes, a polícia abria

inquérito, mas optou por arquivá-lo. Destacou, ainda, a perseguição, em São Bernardo do Campo (SP), a opositores do regime instaurado com o golpe de 1964, com a participação de parte do empresariado brasileiro.

“Também reconheço que foi uma das raras empresas que reconheceram seu passado”, acrescentou.

Ao discursar, a desembargadora Alda Maria de Pinho Couto foi no mesmo sentido, apontando para a prática reiterada de violação dos direitos dos trabalhadores. Conforme emendou, trata-se “de um sistema organizado de exploração humana”, caracterizado, inclusive, pelo tráfico de pessoas.

A Fazenda Vale do Rio Cristalino pertencia à Companhia Vale do Rio Cristalino Agropecuária Comércio e Indústria (CVR), uma subsidiária da Volkswagen. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que acompanha o caso, “a propriedade em questão, com cerca de 140 mil hectares — quase o tamanho da cidade de São Paulo —, recebeu incentivos fiscais e recursos públicos para a criação de gado à época, tornando-se um dos maiores polos do setor, acentuando a responsabilidade institucional da empresa.”

Para garantir justiça aos trabalhadores explorados, por meio da responsabilização da fabricante alemã, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) reuniu provas das violações de direitos e buscou

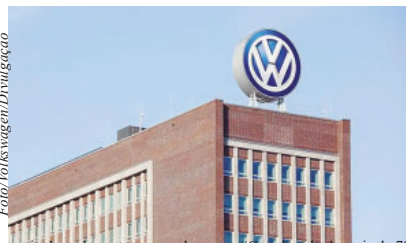


Foto: Volkswagen/Divulgação

apoio de parlamentares para dar mais visibilidade a elas. Até agora a entidade acompanha o andamento dos processos judiciais em tramitação. Em outro processo, paralelo à ação civil pública, quatro trabalhadores escravizados pedem, cada um, R\$ 1 milhão por danos morais e R\$ 1 milhão por danos existenciais.

Os trabalhadores foram atraídos em circunstâncias bastante semelhantes às de outras vítimas desse tipo de crime. Intermediários contratados pela Volkswagen, chamados popularmente de “gatos”, que fazem a ponte entre quem escraviza e as vítimas escravizadas, se aproximaram deles com promessas de trabalho digno, condição jamais oferecida de fato.

Procurada pela Agência Brasil, a equipe da Volkswagen em operação no Brasil afirmou que “seguirá em busca de segurança jurídica nas esferas superiores do Judiciário brasileiro”.

“Com legado de mais de 70 anos e como uma das maiores empregadoras do Brasil, a Volkswagen reafirma seu compromisso permanente com o respeito absoluto à Constituição Federal, às leis brasileiras e aos princípios internacionais de direitos humanos, que orientam sua atuação como uma das maiores empregadoras do país. A empresa repudia qualquer forma de trabalho forçado, degradante ou análogo à escravidão e reitera sua dedicação histórica à promoção de um ambiente laboral digno, ético e responsável.”

Em seu site em inglês, a montadora informa que, no primeiro semestre de 2025, faturou 158,4 bilhões de euros, mesmo tendo desempenho pior do que o primeiro semestre de 2024. Seu relatório mostra que 4,36 milhões de vendas foram fechadas, contra 4,34 milhões do período anterior. (Agência Brasil)